



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO
EDITAL Nº 72/2015-UFPA, DE 11 DE MAIO DE 2015

NÍVEL E
BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA

16 de agosto de 2015

Nome: _____ N.º de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTES.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém 50 QUESTÕES OBJETIVAS, sendo 10 de Língua Portuguesa, 10 de Legislação, e 30 de Conhecimentos Específicos. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul.**
- 6 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O Cartão-Resposta somente será substituído caso contenha falha de impressão e/ou se os dados contidos no cartão não corresponderem aos seus.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção.
- 8 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no item 2 acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação. Após as 18h você poderá levar este BOLETIM DE QUESTÕES.
- 9 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas**, com início às 14h30min e término às 18h30min, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 10 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto **Na pobreza e na riqueza**, de José Luiz Fiorin, para responder às questões de 1 a 10.

Na pobreza e na riqueza
Crenças e preconceitos baseiam associações como
“se é caro, é bom” e “se é simples, é do povo”

01 No trecho que segue, apela-se para um valor como forma de argumentar: “Ele é pobre e sofreu
02 muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de
03 vista.”

04 Nesse caso, temos o que se chama *argumentum ad lazarum* (argumento em que se apela para a
05 pobreza). O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre. É o argumento em que a
06 veracidade da tese que se defende está fundada na pobreza de quem a enuncia. Isso significa que o valor
07 em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do
08 que os ricos.

09 O nome desse raciocínio, *argumentum ad lazarum*, vem da parábola do pobre Lázaro (Lucas 16: 19-
10 31), que narra a história do mendigo, de nome Lázaro, que, coberto de chagas, ficava à porta de um homem
11 rico, querendo matar a fome com as migalhas que caíam de sua mesa. Ambos morreram e o pobre foi
12 levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos. Este pede a
13 Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua. Abraão diz que a
14 situação entre eles se inverteu e o rico, que na vida só teve gozos, agora padece e que o pobre não poderá
15 fazer nada por ele. Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.

16 São argumentos *ad lazarum* os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que
17 aquele que argumenta “não busca ganhos materiais”, “é um simples e honesto homem do povo” etc.

18 Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões
19 consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo:

20 “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus”.

21 [...]

22 O argumento contrário é chamado *argumentum ad crumenam* (argumento em que se apela para a
23 riqueza). A palavra latina *crumenam* significa “bolsa” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e,
24 portanto, a riqueza. É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:

25 “Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário.”

26 A força do argumento *ad crumenam* está também radicada em crenças e preconceitos
27 profundamente arraigados na sociedade. Certos ramos do cristianismo sempre julgaram a riqueza um sinal
28 de proteção divina. O voto censitário, que vigorou no Brasil durante todo o período imperial, é aquele em que
29 se concede o direito de votar apenas a pessoas que tenham determinada renda, porque só elas são
30 consideradas capazes de opinar nos negócios públicos.

31 [...]

32 Quando se faz o contrário, louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto,
33 porque é caro, estar-se-ia usando argumentos *ad crumenam*. O Marquês de Maricá, em muitas de suas
34 máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os
35 têm.

36 “A pobreza e a preguiça andam sempre em companhia.”

37 “O pobre preguiçoso murmura do rico laborioso.”

38 “Com juízo, trabalho, inteligência e economia, é pobre quem não quer ser rico.”

39 “Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem
40 ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”

41 [...]

42 Pode-se alargar ainda mais o conceito de argumento *ad lazarum* e *ad crumenam* para tudo, cujo
43 valor reside, respectivamente, no menos ou no mais:

44 “Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.” (Veja, 12/11/2014, p. 99)

José Luiz Fiorin. Revista Língua, Abril de 2015, p. 20-22

1 Em **Na pobreza e na riqueza**, José Luiz Fiorin

- (A) defende a tese de que os pobres são melhores do que os ricos.
- (B) argumenta em favor da ideia de que os ricos são superiores aos pobres.
- (C) expressa uma visão realista do relacionamento entre pessoas ricas e pobres.
- (D) não faz juízo de valor com relação aos argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.
- (E) é sarcástico com aqueles que utilizam argumentos *ad lazarum* e *ad crumenam*.



- 2 De acordo com o autor,
- (A) a sociedade valoriza mais argumentos **ad lazarum** do que argumentos **ad crumenam**.
 - (B) valores religiosos podem sustentar tanto argumentos **ad lazarum** quanto **ad crumenam**.
 - (C) as pessoas ricas sempre gozam de privilégios em razão de sua condição socioeconômica.
 - (D) a riqueza de uns pode atrair, injustamente, a inveja e a maledicência de outros.
 - (E) as opiniões pessoais influenciam o julgamento de valores por parte da sociedade.
- 3 Para Fiorin, “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03) é exemplo de **argumentum ad lazarum** porque
- (A) se sabe que a opinião dos pobres tem maior valor.
 - (B) a pobreza é vista pela sociedade como uma virtude.
 - (C) os pobres são mais sábios e sensatos do que os ricos.
 - (D) a sensatez é vista como uma qualidade dos pobres.
 - (E) se acredita que os pobres são mais desinteressados.
- 4 Em *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua* (linhas 12 e 13), o pronome **lhe** refere-se
- (A) ao homem rico.
 - (B) a Lázaro.
 - (C) a Abraão.
 - (D) ao homem pobre.
 - (E) a Lucas.
- 5 A ordem inversa foi empregada em
- (A) “*Ele é pobre e sofreu muito na vida; se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.*” (linhas 01 a 03)
 - (B) *Este pede a Abraão que permita que Lázaro molhe a ponta de um dedo para refrescar-lhe a língua.* (linhas 12 e 13)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm. (linhas 33 a 35)
 - (E) “*Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.*” (linhas 39 e 40)
- 6 As aspas foram empregadas para destacar o sentido conotativo em
- (A) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (B) *Lázaro é uma antonomásia, um tipo de sinédoque, para designar “pobre”.* (linha 15)
 - (C) São argumentos **ad lazarum** os que fundamentam a defesa de um ponto de vista no fato de que aquele que argumenta “*não busca ganhos materiais*”, “*é um simples e honesto homem do povo*” etc. (linhas 16 e 17)
 - (D) A palavra latina **crumenam** significa “*bolsa*” e, por metonímia, designa o dinheiro nela guardado e, portanto, a riqueza. (linhas 23 e 24)
 - (E) “*Restaurante com fila na porta é bom. ‘Fila atrai fila’.*” (linha 44)
- 7 No trecho *Esse raciocínio tem um poder argumentativo muito forte, pois, afinal, todas as principais religiões consideram a pobreza um valor positivo. Por exemplo, em Mateus 19, 24, encontra-se este passo: “É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no Reino dos Céus.”* (linhas 18 a 20), a palavra *passo* significa
- (A) movimento.
 - (B) resolução.
 - (C) pensamento.
 - (D) medida.
 - (E) negócio.



- 8 Em *“Homens há que parecem acusar a sociedade da sua pobreza, não refletindo que a devem ordinariamente aos seus vícios, ignorância, fatuidade e inflexibilidade de caráter.”* (linhas 39 e 40), sem causar alteração no significado do enunciado, o advérbio *ordinariamente* poderia ser substituído por
- (A) simplesmente.
 - (B) geralmente.
 - (C) certamente.
 - (D) meramente.
 - (E) efetivamente.
- 9 Sem causar prejuízo ao significado do enunciado, a palavra *porque* poderia ser suprimida em
- (A) *O ponto de vista de alguém deve ser considerado, porque ele é pobre.* (linha 05)
 - (B) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (C) *“Suas opiniões sobre a economia brasileira devem estar corretas, porque ele está milionário”.* (linha 25)
 - (D) *Louvando os ricos e recriminando os pobres ou elogiando um produto, porque é caro, estar-se-ia usando argumentos **ad crumenam**.* (linhas 32 e 33)
 - (E) *O Marquês de Maricá, em muitas de suas máximas, considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)
- 10 Para enfatizar uma ideia, a vírgula poderia dar lugar a um ponto em
- (A) *“... se ele diz que a situação econômica do país é boa, temos de levar em conta seu ponto de vista.”* (linhas 02 e 03)
 - (B) *Isso significa que o valor em que se baseia esse argumento é o de que os pobres são mais sábios, mais sensatos e mais virtuosos do que os ricos.* (linhas 06 a 08)
 - (C) *Ambos morreram e o pobre foi levado ao “seio de Abraão”, enquanto o rico padecia muitos tormentos na morada dos mortos.* (linhas 11 e 12)
 - (D) *É a afirmação em que se atribui veracidade a uma tese, porque quem argumenta é rico:* (linha 24)
 - (E) *O Marquês de Maricá (...) considera que os ricos são ricos porque têm méritos, e que os pobres são pobres porque não os têm.* (linhas 33 a 35)

LEGISLAÇÃO

- 11 De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais, Lei nº 8.112/90 e suas alterações, as formas de provimento de cargo público são:
- (A) Nomeação; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (B) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento; reintegração e recondução.
 - (C) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; reintegração e recondução.
 - (D) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e recondução.
 - (E) Nomeação; promoção; readaptação; reversão; aproveitamento e reintegração.
- 12 Preceitua o Decreto nº 5.825/2006 as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, e deverá contemplar
- (A) a função estratégica do ocupante da carreira dentro da IFE; a apropriação do processo de trabalho pelos ocupantes da carreira, inserindo-os como sujeitos no planejamento institucional; e o aprimoramento do processo de trabalho, transformando-o em conhecimento coletivo e de domínio público; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (B) a construção coletiva de soluções para as questões institucionais; a reflexão crítica dos ocupantes da carreira acerca de seu desempenho em relação aos objetivos institucionais; e Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento.
 - (C) dimensionamento das necessidades institucionais de pessoal, com definição de modelos de alocação de vagas que contemple a realidade da instituição; Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento; e Programa de Avaliação de Desempenho.
 - (D) a administração de pessoal como uma atividade a ser realizada pelo órgão de gestão de pessoas e as demais unidades da administração das IFES; a identificação de necessidade de pessoal, inclusive remanejamento, readaptação e redistribuição da força de trabalho de cada unidade organizacional; e Programa de capacitação e aperfeiçoamento.
 - (E) as condições institucionais para capacitação e avaliação que tornem viáveis a melhoria da qualidade na prestação de serviços, no cumprimento dos objetivos institucionais, o desenvolvimento das potencialidades dos ocupantes da carreira e sua realização profissional como cidadãos; a integração entre ambientes organizacionais e as diferentes áreas do conhecimento; e Programa de Avaliação de Desempenho.



- 13 O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido e será conduzido por comissão composta de
- (A) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (B) três servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (C) dois servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo não obrigatoriamente superior ou de mesmo nível, ou não obrigatoriamente ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (D) três servidores estáveis designados pela autoridade competente, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
 - (E) dois servidores não obrigatoriamente estáveis designados pela autoridade competente, cujo presidente será escolhido por meio de sorteio entre os servidores da comissão; a Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros; não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- 14 Dentre outras proibições ao servidor regido pela Lei nº 8.112/90 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais), citam-se:
- (A) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; proceder de forma desidiosa; zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.
 - (B) Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (C) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (D) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder; recusar fé a documentos públicos; manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.
 - (E) Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato; retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição; recusar fé a documentos públicos; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública; proceder de forma desidiosa.



- 15 Em conformidade com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/94), são deveres fundamentais, dentre outros, do servidor público:
- (A) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; cometer a pessoas estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (B) Ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
 - (C) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiareem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
 - (E) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- 16 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, versa sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculados ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Quanto à organização do quadro de pessoal, é correto afirmar:
- (A) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar mensalmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Cultura o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (B) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar bimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (C) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar trimestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (D) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
 - (E) Caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar semestralmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis: demandas institucionais; proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; inovações tecnológicas; e modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 17 O Decreto nº 5.378/2005 instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização, e dá outras providências. Ao Comitê Gestor compete
- (A) apresentar trimestralmente proposta ao Ministro de Estado da Educação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (B) oferecer bimestralmente proposta ao Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (C) avarar semestralmente, junto à Secretária-Geral da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (D) propor ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
 - (E) colocar anualmente diante da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o planejamento estratégico do GESPÚBLICA; articular-se para a identificação de mecanismos que possibilitem a obtenção de recursos e demais meios para a execução das ações do GESPÚBLICA; constituir comissões setoriais e regionais, com a finalidade de descentralizar a gestão do GESPÚBLICA; monitorar, avaliar e divulgar os resultados do GESPÚBLICA; certificar a validação dos resultados da autoavaliação dos órgãos e entidades participantes do GESPÚBLICA; e reconhecer e premiar os órgãos e entidades da administração pública, participantes do GESPÚBLICA, que demonstrem qualidade em gestão, medida pelos resultados institucionais obtidos.
- 18 Em conformidade com o Estatuto da Universidade Federal do Pará, publicado no DOU de 12 de julho de 2006, os Conselhos Superiores são órgãos de consulta, de deliberação e de recursos no âmbito da UFPA. São Conselhos Superiores:
- (A) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Pró-Reitorias.
 - (B) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; o Conselho Superior de Administração – CONSAD.
 - (C) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Administração – CONSAD; as Coordenadorias dos *Campi*.
 - (D) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias de Unidades Acadêmicas, incluídas as Especiais.
 - (E) O Conselho Universitário – CONSUN; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; as Diretorias e Coordenadorias de Subunidades Acadêmicas.



- 19 O Decreto nº 5.707/2006 instituiu a Política de Desenvolvimento de Pessoal a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentou dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. São Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal:
- (A) Plano anual de capacitação.
 - (B) Relatório de execução do plano anual de capacitação.
 - (C) Plano trimestral de capacitação; e relatório de execução do plano trimestral de capacitação.
 - (D) Plano semestral de capacitação; relatório de execução do plano semestral de capacitação; e sistema de gestão por competência.
 - (E) Plano anual de capacitação; relatório de execução do plano anual de capacitação; e sistema de gestão por competência.
- 20 O conjunto Missão, Visão e Princípios da UFPA representa sua identidade institucional, facilitando e promovendo a convergência dos esforços humanos, materiais e financeiros, constituindo-se em um conjunto de macrobalizadores que regem e inspiram a conduta e os rumos da Instituição em direção ao cumprimento do seu PDI. A tríade serve de guia para os comportamentos, as atitudes e as decisões de todas as pessoas, que, no exercício das suas responsabilidades e na busca dos seus objetivos, estejam executando a Missão, na direção da Visão, tendo como referência os princípios institucionais. Os Princípios do PDI da UFPA contêm
- (A) promover a universalização do conhecimento; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico; o pluralismo de ideias e de pensamento; o ensino público e gratuito; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; a excelência acadêmica; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.
 - (B) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural.
 - (C) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente; o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológico.
 - (D) produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos.
 - (E) ser referência nacional e internacional como universidade *multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural; o ensino público e gratuito; o pluralismo de ideias e de pensamento.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 De acordo com a NBR 6029, relacione os elementos aos seus respectivos conceitos no que diz respeito à estrutura física dos livros.
- | | |
|------------------------------|---|
| 1. Apêndice | I Texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração. |
| 2. Segunda e terceira capas | II Texto ou documento elaborado pelo próprio autor a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho. |
| 3. Quarta capa ou contracapa | III Deve ser impressos o ISBN e o código de barras. |
| 4. Anexo | IV Texto de esclarecimento, justificção ou comentário, escrito por outra pessoa. |
| | V Não deve conter material de propaganda. |

Estão corretas as relações indicadas em

- (A) 1-III, 2-II, 3-I, 4-IV.
- (B) 1-V, 2-I, 3-IV, 4-III.
- (C) 1-IV, 2-III, 3-II, 4-V.
- (D) 1-II, 2-V, 3-III, 4-I.
- (E) 1-I, 2-IV, 3-V, 4-II.



- 22 A busca de um periódico no Sistema WebQualis pode ser feita por
- (A) Ano, volume e fascículo.
 - (B) ISSN.
 - (C) Editor.
 - (D) Data de publicação.
 - (E) Palavra-chave.
- 23 Funcionalidade, recursos e plataforma computacional fazem a diferença em bibliotecas que oferecem serviços apoiados na tecnologia da informação. Com base nesse contexto, é correto afirmar.
- (A) A interface em bases de dados é um dos componentes que não integram os serviços de informação por estarem relacionados aos navegadores utilizados.
 - (B) Texto completo e metadados são elementos não relacionados, porém utilizados na construção de bancos de dados.
 - (C) A articulação entre os espaços virtual e real permite o *download* dos conteúdos de uma ou mais bases de dados.
 - (D) Objetos digitais representam as conexões que podem ser feitas por ocasião da navegação.
 - (E) Na escolha de um sistema gerenciador para bibliotecas, é mais importante a descrição de metadados que o formato a ser adotado.
- 24 O plano de gestão de bibliotecas define metas e objetivos a serem alcançados em um período determinado e é orientado pelo(a)
- (A) tipo de biblioteca.
 - (B) captação de recursos financeiros.
 - (C) tamanho da coleção.
 - (D) atualização do acervo.
 - (E) índice de produtividade.
- 25 Marque a afirmativa que corresponde à regra de estratégia de busca na interface geral do Portal de Periódicos da CAPES que permite acesso público e gratuito a inúmeras fontes de informação.
- (A) O caracter asterisco deve ser usado para substituir uma letra no meio da palavra.
 - (B) O operador booleano AND deve ser usado em caixa alta.
 - (C) O curinga, representado pelo ponto de interrogação é usado para recuperar variações de sufixos.
 - (D) O uso de aspas agrupa termos compostos e permite recuperar cada palavra em qualquer posição no texto.
 - (E) O operador booleano NOT pode ser usado em caixa baixa.
- 26 Aspectos lógicos e técnicos constam do cotidiano das bibliotecas tradicionais e modernas. Quanto ao assunto, é correto afirmar:
- (A) Esses aspectos antecipam o atendimento às demandas de informação onde quer que ela esteja para entregar aos interessados.
 - (B) Esquemas tradicionais de representação, como CDD, CDU e tesauros, são substituídos pelo uso atual de metadados.
 - (C) O compartilhamento de serviços das bibliotecas amplia o conceito de armazenadora de livros.
 - (D) A base tecnológica garante o desenvolvimento dos serviços das bibliotecas e marca sua transformação.
 - (E) O uso dos padrões MARC e ISBD marca o início da automação de bibliotecas no final da década de 80 e início da de 90.
- 27 O papel, utilizado como sustentáculo de múltiplas informações durante vários séculos, começou a ser substituído pelo suporte eletrônico a partir do século passado. Quanto ao assunto, é correto afirmar:
- (A) Ambos podem ser lidos e transportados com facilidade em qualquer lugar.
 - (B) A qualidade do suporte eletrônico é superior à informação nele contida.
 - (C) A versão eletrônica armazena maior quantidade de informação e é de grande durabilidade em relação ao impresso, que se deteriora.
 - (D) A conservação da informação no suporte eletrônico garante o acesso em tempo real; e, no papel, a recuperação no futuro.
 - (E) A legalidade de ambos é facilmente reconhecida.



- 28 Na avaliação das bibliotecas universitárias feita pelo MEC, consideram-se como pontos principais para a atribuição dos conceitos:
- (A) muitos exemplares e poucos títulos.
 - (B) acervo diversificado.
 - (C) acervo de Teses e Dissertações.
 - (D) bibliografia básica dos cursos.
 - (E) títulos variados sobre todas as áreas.
- 29 De acordo com as regras gerais para descrição do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), é correto afirmar:
- (A) A DGM (designação geral do material) é um acréscimo opcional, no entanto, quando apropriado, pode-se criar um termo e incluí-lo como DGM.
 - (B) A descrição do item deve ser feita na língua do catalogador, independentemente da língua em que o item foi publicado.
 - (C) Quanto ao uso de maiúsculas no título principal, não é necessário transcrevê-las como aparecem no item.
 - (D) A informação sobre edição pode ser extraída somente das fontes prescritas para esta área.
 - (E) A organização da descrição está dividida em 9 (nove) áreas.
- 30 As bibliotecas universitárias têm-se adequado por meio do uso de tecnologias, para garantir o acesso ao conhecimento e a inclusão digital e social dos alunos com deficiência. Quanto ao assunto, é correto afirmar:
- (A) DosVox é um exemplo de tecnologia assistiva desenvolvida para auxiliar usuários cegos.
 - (B) *Virtual Vision* é um catálogo eletrônico de biblioteca desenvolvido para cegos.
 - (C) *Jaws for Windows* é um *software* desenvolvido para auxiliar usuários surdos.
 - (D) *Microsoft Reader* é um sintetizador de voz utilizado em bibliotecas para auxiliar usuários cegos.
 - (E) *ChromeVox* é uma tecnologia assistida desenvolvida para leitura de *e-books*.
- 31 No que se refere aos campos de representação da entrada secundária de série nos registros bibliográficos que utilizam o formato MARC 21, considere as afirmativas seguintes.
- I O campo 800 é adotado para a entrada de uma secundária de série nome pessoal.
 - II O campo 810 é adotado para a entrada de uma secundária de série título uniforme.
 - III O campo 811 é adotado para a entrada de uma secundária de série evento.
 - IV O campo 830 é adotado para a entrada de uma secundária de série entidade.
- Estão corretas
- (A) I e III, somente.
 - (B) II e III, somente.
 - (C) III e IV, somente.
 - (D) I e II, somente.
 - (E) I e IV, somente.
- 32 O modelo conceitual referente a um recurso informacional que relaciona os dados de autoridade de assunto às necessidades dos usuários é apresentado em
- (A) AACR2.
 - (B) FRBR.
 - (C) FRSAD.
 - (D) RDA.
 - (E) FRAD.
- 33 Quanto ao depósito de documentos nos repositórios institucionais, é correto afirmar:
- (A) A via amarela permite o armazenamento das versões *preprint* e *posprint*.
 - (B) O embargo é necessário para o depósito de livros.
 - (C) Depósito com restrições é permitido pela via verde.
 - (D) Após o embargo de 6 meses, a via branca garante o armazenamento.
 - (E) A via azul permite o depósito da versão *posprint*.



34 Sobre a Ciência da Informação no Brasil, considere as seguintes afirmativas.

- I Biblioteconomia e Ciência da Informação representam campos científicos orientados por paradigmas iguais.
- II A Ciência da Informação, classificada na área de Ciências Sociais, necessita apenas de teorias.
- III No Brasil, a Ciência da Informação conta com uma infraestrutura ainda incipiente de ensino e pesquisa.
- IV O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) introduziu no país as primeiras ideias de documentação e, mais tarde, da Ciência da Informação.

Estão corretas

- (A) III e IV, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e IV, somente.
- (E) II e III, somente.

35 Quanto aos critérios para desbaste de obras em um acervo de biblioteca, analise os itens seguintes.

- I Última data de circulação.
- II Obras danificadas.
- III Duplicatas.
- IV Desatualização.
- V Idade dos livros.

Estão corretos os itens

- (A) I e III, somente.
- (B) II e IV, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I e V, somente.
- (E) IV e V, somente.

36 Sobre indexação, analise as afirmativas abaixo.

- I No caso de documentos impressos, não é necessário fazer a leitura integral para identificar os conceitos que caracterizam o conteúdo do documento, bastando, para isso, a análise do título.
- II Nas linguagens de indexação, pode-se considerar a dispersão terminológica, como o uso de diferentes palavras para expressar o mesmo conceito.
- III Os interesses dos usuários não influenciam na escolha de uma linguagem de indexação para um sistema de recuperação da informação.
- IV Dentre algumas características, o indexador deve ter formação e conhecimentos sobre análise documental, linguagens de indexação, controle de autoridade, além de dominar a área do conhecimento em que sua instituição atua.

Estão corretas

- (A) I e III, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I e IV, somente.
- (E) II e IV, somente.

37 No processo de criação de bibliotecas na *web*, a arquitetura da informação é utilizada para organizar os conteúdos e visa a atender a necessidade de informação dos usuários por meio do(a)

- (A) suporte dos documentos a serem indexados no banco de dados do acervo.
- (B) vocabulário controlado adotado necessário para a navegação.
- (C) unidade de informação que está representada.
- (D) tipologia dos conteúdos digitais.
- (E) sistema de busca inteligente que esgota as consultas em um *site*.



- 38 O Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT), gerenciado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), utiliza o Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadadas (CCN) como instrumento de localização de documentos. O CCN é definido como
- (A) catálogo eletrônico dos acervos digitais das bibliotecas universitárias brasileiras.
 - (B) catálogo de acesso restrito às bibliotecas participantes do Programa COMUT/IBICT.
 - (C) catálogo de acesso público das coleções de publicações seriadas nacionais e estrangeiras disponíveis nos acervos das bibliotecas brasileiras.
 - (D) catálogo dos periódicos eletrônicos das bibliotecas universitárias nacionais.
 - (E) catálogo analítico de acesso público dos periódicos disponíveis nas bibliotecas universitárias brasileiras.
- 39 A utilização de ontologias na representação do conteúdo dos documentos eletrônicos é objetivo da
- (A) *Internet*.
 - (B) *World Wide Web (WWW)*.
 - (C) *Web Semântica*.
 - (D) *Really Simple Syndication (RSS)*.
 - (E) *Web 2.0*.
- 40 De acordo com as Normas da American Psychological Association (APA), é correto afirmar:
- (A) Os autores com sufixos JR. devem ser incluídos por extenso.
 - (B) A lista de referências deve ser numerada sequencialmente e colocada em rodapé.
 - (C) Na lista de referências, os autores devem ficar separados por ponto-e-vírgula.
 - (D) Tanto para a citação direta no texto como na lista de referências, as páginas devem ser apresentadas em p.p. para indicação de duas páginas.
 - (E) Quando o autor do trabalho é designado como ANÔNIMO, deve-se entrar pelo título, tanto no corpo do trabalho quanto na lista de referências.
- 41 Marque a alternativa que apresenta a mídia adequada para publicação de textos longos na web social, tanto por usuários quanto por bibliotecários, no processo de comunicação e acesso à informação nas diversas bibliotecas.
- (A) *Twitter*.
 - (B) *Napster*.
 - (C) *Flickr*.
 - (D) *Blog*.
 - (E) *Youtube*.
- 42 Software customizado pelo IBICT para a língua portuguesa do Brasil, dentro do projeto Biblioteca Digital Brasileira, passando a ser distribuído com a denominação Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) desde 2004. Essa descrição corresponde a
- (A) *Sophia*.
 - (B) *Greenstone*.
 - (C) *Fedora*.
 - (D) *Nou – Rau*.
 - (E) *OJS*.
- 43 Relacione a segunda coluna de acordo com a primeira.
- | | |
|---------------|--|
| (1) Guaiaca | () Serviço de informações sobre políticas de editoras espanholas. |
| (2) Diadorim | () Diretório de repositórios de acesso aberto. |
| (3) Blimunda | () Serviço de informações sobre políticas editoriais brasileiras. |
| (4) Dulcineia | () Repositório institucional. |
| (5) OpenDoar | () Serviço de informações sobre políticas editoriais portuguesas. |
- A sequência correta é
- (A) 3, 5, 1, 4, 2.
 - (B) 5, 4, 2, 3, 1.
 - (C) 4, 3, 1, 2, 5.
 - (D) 2, 5, 1, 4, 3.
 - (E) 4, 5, 2, 1, 3.



44 A circulação atual de uma obra em relação a sua data de publicação constitui um indicador de uso futuro do material. Esse indicador corresponde à(ao)

- (A) taxa de envelhecimento.
- (B) número de chamada.
- (C) número de obras adquiridas.
- (D) descarte de obras.
- (E) área temática do acervo.

45 A porta de entrada da biblioteca digital possibilita o ingresso dos usuários no universo das informações eletrônicas e leva aos resultados de pesquisa. Esta afirmativa corresponde a

- (A) RSS.
- (B) URI.
- (C) PRIMO.
- (D) RDF.
- (E) URL.

46 Em relação aos principais requisitos para o bom gerenciamento editorial de uma publicação periódica científica, considere as afirmativas seguintes.

- I Publicar, no mínimo, um fascículo por ano, sobre vários assuntos, não necessariamente inéditos, nem da área específica do periódico.
- II Fornecer o endereço físico ou eletrônico de pelo menos um dos autores.
- III Apresentar, no início de cada artigo, título, resumo e palavras-chave no idioma em que for oferecido o texto.
- IV Informar no site e nas edições impressas os dados das organizações responsáveis pela publicação.
- V Possuir o registro no centro brasileiro do ISSN.

Estão corretas

- (A) II, IV e V, somente.
- (B) I, III e V, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) II, III, V, somente.
- (E) II e V, somente.

47 Em relação às Referências segundo as normas Vancouver, observe as afirmativas a seguir.

- I Indicar o(s) nome(s) do(s) autor(es) e do(s) editor(es) quando, em conjunto, assumem a autoria. O nome do editor deverá constar após a edição.
- II Utilizar a abreviatura dos números ordinais na língua do catalogador.
- III Em caso de duas ou mais agências governamentais como autores, usa-se ponto-e-vírgula. Para identificar a hierarquização dentro da agência, usa-se vírgula.
- IV A palavra edição é referenciada na língua do catalogador.

Estão corretas

- (A) I e IV, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I e II, somente.

48 Caracteriza uma biblioteca digital:

- (A) Serviço de editoração eletrônica de livros e periódicos.
- (B) Consulta simultânea *on line* de vários usuários a um mesmo documento.
- (C) Serviço de comutação bibliográfica.
- (D) Disseminação Seletiva da Informação.
- (E) Utilização de redes sociais na divulgação de serviços e produtos da biblioteca.



49 O catálogo bibliográfico, um dos produtos da catalogação, conduz o usuário a encontrar recursos informacionais dispostos nos acervos. Nesses ambientes, a precisão e a clareza são características proporcionadas pelo (a)

- (A) classificação.
- (B) controle de autoridade.
- (C) representação sintética do recurso.
- (D) entrada principal.
- (E) título uniforme.

50 Preservação de recursos digitais e acesso aberto à informação são temas pertinentes a(ao)

- I acesso remoto.
- II curadoria digital.
- III comutação bibliográfica.
- IV repositório institucional.
- V disseminação da informação.

Estão corretos os itens

- (A) I, II.
- (B) II, IV.
- (C) III, IV.
- (D) I, V.
- (E) III, V.